ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

SECRETARIA DE FINANÇAS
LEI 1008/2025 - DISPÕE SOBRE OBRIGATORIEDADE DE REMOÇÃO DE
CABOS E FIAÇÃO AÉREA EXCEDENTES E SEM USO

LEI Nº 1008/2025

Dispõe sobre a obrigatoriedade de remoção dos cabos e fiação aérea, excedentes e sem uso, instalados por concessionárias prestadoras de serviços de telefonia, televisão a cabo, internet, ou qualquer outro relacionado à rede aérea, que operam no Município de Bocaiúva do Sul do Sul.

A Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, aprovou, **por PROPOSTA DO VEREADOR CARLOS RODRIGO ISRAEL** e eu, Prefeito, sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º. Ficam as concessionárias prestadoras de serviços de telefonia, televisão a cabo, internet, ou qualquer outro relacionado à rede aérea, obrigadas a remover os cabos e a fiação por elas instalados, quando em excesso e sem uso.

Art. 2º. Caberá ao Poder Executivo Municipal notificar e fiscalizar os responsáveis pela instalação da rede aérea existente para realizar a remoção do excedente e sem uso.

Parágrafo único. Uma vez notificadas pela administração pública, às concessionárias mencionadas no art. 1º terão o prazo de cento e vinte dias para apresentar um plano de remoção da rede aérea excedente e sem uso ao Poder Executivo.

Art. 3º. No caso de não apresentação ou descumprimento do plano mencionado no art. 2º, a concessionária será autuada em multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Parágrafo único. O valor da multa de que trata este artigo será atualizado anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no exercício anterior, sendo que, no caso de extinção deste índice, será adotado outro que reflita a perda de poder da moeda.

Art. 4º. As concessionárias terão o prazo de dois anos, contado da data da publicação dessa Lei, para iniciarem as remoções dos cabos e o prazo de seis anos, para completar a remoção de toda a fiação excedente.

Art. 5º. Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei e determinar os órgãos responsáveis pela fiscalização e notificação dos responsáveis pela instalação da rede aérea existente.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Bocaiúva do Sul- Estado do Paraná, aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco (14/05/2025).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:641A89F5

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná
no dia 15/05/2025. Edição 3276

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>